

Cooperativismo: um agente de mudança

Cooperativism: an agent of change

Bruno Hümmelgen¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar como as ideias cooperativistas nascidas com a Revolução Industrial estão presentes e ainda influenciam as sociedades. O pensamento cooperativista surgiu como uma nova forma de entendimento das relações trabalhistas, tanto econômico quanto sociais, que garantissem igualdade, liberdade, equidade e, sobretudo, humanidade entre as pessoas. A economia solidária como organização econômica visa à estabilização das cooperativas como uma forma de integrar as diversas fases da cadeia produtiva, de maneira solidária e coletiva. Assim, este artigo pretende mostrar como os princípios cooperativistas diferem do pensamento capitalista consolidado, analisando a cooperação como uma ideia de solidariedade e valorização do ser humano.

Palavras-chave: Pensamento cooperativista; Desenvolvimento; Mudança Socioeconômica.

Abstract

This paper aims to show how cooperative ideas born with the Industrial Revolution are present and how they still influence societies. The cooperative thinking emerged as a new form of understanding of labor relations, both economic and social, to guarantee equality, freedom, and, above all, humanity between people. The solidarity economy as an economic organization aimed at stabilization of cooperatives as a way to integrate some production chain stages of solidarity and collective ways. Thus, this paper aims to show how the cooperative principles differ from the consolidated capitalist thinking, analyzing cooperation as an idea of solidarity and appreciation of the human being.

Keywords: Cooperative thinking; Development; Socioeconomic change.

Introdução

“O cooperativismo baseia-se na solidariedade entre as pessoas, razão para que seja um instrumento de promoção humana e não apenas o mecanismo para buscar resultados econômicos.”
(RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 9)

Desde a antiguidade o ser humano, assim como outros animais, busca a sua própria sobrevivência e, para isso, ele constitui-se em grupos. Devido às dificuldades encontradas para produzir tudo o que necessitava, surge a divisão das tarefas entre os membros, onde alguns ficavam responsáveis pela caça, pesca ou coleta de frutos. Pode-se dizer, então, que surge a primeira forma de cooperação entre os seres humanos.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A divisão do trabalho, através da especialização da mão de obra dos trabalhadores, promoveu o aumento das relações econômicas entre os seres humanos, aumentando o grau de dependência entre eles. A cooperação determina assim uma maneira de promover a vida e o convívio em sociedade dos seres humanos.

Os princípios cooperativistas emergiram da imposição e da subordinação cada vez maior do ser humano frente ao capital, cujo trabalho passou a ser uma mercadoria, sobretudo após a Primeira Revolução Industrial. Assim, o surgimento da primeira cooperativa, em Rochdale, visava uma nova forma de desenvolvimento, que garantisse principalmente a valorização humana.

Este artigo pretende fazer uma análise exploratória, através de um levantamento bibliográfico, sobre o papel das cooperativas nas sociedades onde estão inseridas. A interpretação das informações obtidas se restringirá a uma análise qualitativa dessa literatura, sem que haja, portanto, a mensuração do impacto que a inserção das cooperativas produz para determinada sociedade.

O presente artigo foi subdividido em seis capítulos. No primeiro, há uma contextualização do surgimento do cooperativismo moderno, resultante do capitalismo iniciado com a Revolução Industrial. No capítulo subsequente, há a delimitação de como a cooperação ocorre dentro dos processos produtivos, mas que ela também ocorre em outros setores da economia. O terceiro capítulo mostra como a presença das cooperativas influencia as condições econômicas e sociais das sociedades, tornando-se assim um agente de mudança. No quarto capítulo, destacaremos algumas das diferenças entre as empresas capitalistas e as cooperativas, no que se refere a distinção entre competir e cooperar, destacando ainda o conceito de economia solidária e a sua relação com o cooperativismo. O quinto capítulo apresenta os princípios cooperativistas, bem como os comparara às características da empresa capitalista. No final, algumas considerações finais sobre as cooperativas e as mudanças relacionadas a elas são desenvolvidas.

1. Cooperativismo

O cooperativismo, como se conhece hoje, surgiu na metade do século XIX em Rochdale, na Inglaterra, com o propósito da criação de uma sociedade que pudesse ser autossuficiente e apoiasse outras sociedades com o mesmo propósito (SINGER, 2010).

Entretanto, esse movimento de cooperação nasce, sobretudo, como resultado dos trabalhadores frente ao capitalismo industrial baseado na exploração da força de trabalho da classe operária, cujo objetivo capitalista é busca cada vez mais a exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, o lucro (MARX, 2011).

Diante da consolidação do capitalismo e da nova relação de produção, emerge a ideia da criação de uma organização formal que estabelecesse regras, normas, e princípios que respeitasse sobretudo os valores do ser humano (BENATO, 1994). Essa exploração do trabalho assalariado, deteriorava a condições de vida dos trabalhadores, que passavam a viver de forma cada mais precária. Devido, portanto, às inúmeras necessidades socioeconômicas resultante do movimento operário, criou-se uma associação de pessoas cuja função seria viabilizar os aspectos econômicos, como: produção agrícola ou industrial, comercialização de produtos e serviços, disponibilização financeiras e de crédito, entre outras (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

O cooperativismo resultante do movimento operário ocorrida pela Revolução industrial mostrava-se com um caminho diferente de desenvolvimento frente ao capitalismo industrial nascente, que concebia mais autonomia e propriedade de trabalho ao trabalhador, que possuiria participação nos resultados cooperativos referentes ao seu desempenho. Assim, o cooperativismo do iniciado no século XVIII apresentava três características que ainda estão presentes nas cooperativas contemporâneas: Propriedade cooperativa, que define a cooperativa como uma associação de pessoas e não de capital; Gestão cooperativa, onde a tomada de decisões fica a cargo da assembleia dos associados; e Repartição cooperativa, cujos resultados se realizam em função da participação de cada associado (RIOS, 1989).

O Cooperativismo surgiu, então, como uma doutrina que nortearia uma associação de pessoas com interesses semelhantes, a fim de cooperarem e atingirem objetivos semelhantes. No que se refere à cooperação, a ação de cooperar significa entender as relações que os homens estabelecem entre si com um mesmo objetivo em comum (ARAÚJO, 1982). Dessa maneira

O conceito de cooperativismo fica bastante evidente como a forma mais eficaz de, conjugando esforços e recursos, promover a elevação dos padrões de qualidade de vida dos que se associarem sob as suas regras, prestando efetivo serviço às suas comunidades e à própria sociedade (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 60).

A cooperação, no sentido da divisão do trabalho em uma sociedade, ocorre devido à necessidade dos seres humanos em satisfazer as suas próprias necessidades, uma vez que são incapazes de produzir tudo o que necessitam para a sua sobrevivência, surgindo, pois, as necessidades de barganha, compra ou trocas (SMITH, 1996). Embora, os objetivos comuns possam convergir para a esfera econômica, a cooperação atua também ao nível da esfera social. Em conformidade, Araújo (1982, p. 85), conclui que “a ação de cooperar constitui o princípio da vida em sociedade”.

Dentro do contexto socioeconômico, a cooperativa aparece, por um lado, como uma associação de pessoas que possuem interesses semelhantes e buscam, com seus próprios recursos, satisfazê-los. E, por outro lado, como uma empresa, dotada de um conjunto de recursos para a realização das necessidades comuns dos associados (BAGGIO et al., 1983). A cooperativa compõe-se então de relações internas, necessárias pela natureza da própria instituição, e de relações externas, que garante a sua sobrevivência pelas constantes transações com outras organizações (ARAÚJO, 1982). Em ambas as formas, a atividade da cooperativa está voltada aos desafios e dificuldades de seus associados, visando o progresso social de toda a comunidade, mostrando-se como uma alternativa viável ao desenvolvimento da região onde está inserida.

2. Cooperação e o processo produtivo

A cooperação é uma forma de estabelecer objetivos comuns e, através de suas relações sociais, buscar alcançá-los. Entretanto, essa cooperação não acontece apenas na esfera dos serviços, mas também na esfera da produção. Marx (2011, p. 378) considera que a cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

A cooperação surge como um instrumento da sobrevivência humana porque ele necessita do produto do trabalho de outro para adquirir todos os bens essenciais à sua vida. Dessa forma, cada indivíduo se especializa em determinada ocupação, surgindo assim a divisão do trabalho (SMITH, 1996). A divisão do trabalho dentro do processo de produção cooperativo pode acontecer de duas maneiras distintas. Os trabalhadores completam-se mutuamente, realizando tarefas iguais ou semelhantes, caso o processo de

produção seja simples. Ou os trabalhadores dividem as diferentes ocupações executando-as simultaneamente para a mais breve conclusão das tarefas (MARX, 2011, p. 381).

Entretanto, não se pode pensar que o cooperativismo se restringe à cooperação da produção industrial. O cooperativismo, segundo Ricciardi; Lemos (2000, p. 9) “transcende a pura e simples produção de bens/prestação de serviços e ingressa na própria dinâmica dos grupos familiares, configurando-se como estímulo de vida altamente motivador para todos”. Por outro lado, a cooperativa depara-se com problemas econômicos fundamentais resultantes da escassez de recursos humanos ou tecnológicos, das oscilações de demanda, da distribuição dos seus produtos e serviços, que são influenciadas pelos valores da sociedade e pela doutrina cooperativa (PINHO, 1977).

3. COOPERATIVISMO E MUDANÇA

As cooperativas consolidaram-se ao longo do tempo como uma instituição de mudança socioeconômica nas sociedades onde estão inseridas. A atuação cooperativa no mercado apresenta-se como um instrumento de serventia para a comunidade, atuando de forma a atender as necessidades, sobretudo àquelas ligadas à vida do trabalhador (BAGGIO et al., 1983).

A consolidação das cooperativas no mercado ocorre, sobretudo, quando há condições de prestar serviços ou oferecer produtos semelhantes às concorrentes. Nesse sentido, as cooperativas podem apresentar vantagens que nem sempre são quantificáveis (BENECKE, 1980). Elas podem estar associadas aos princípios universais cooperativos, como incentivo a educação, a valorização humana e a neutralidade em questões sociais, políticas e/ou religiosas (SINGER, 2010). Num mundo cada vez mais interligado e conectado, o respeito às diferenças de opiniões e o estímulo à cultura são imprescindíveis e mostraram-se como um diferencial das cooperativas frente às demais organizações econômicas.

As cooperativas atuam de forma a eliminar intermediários, minimizar custos e maximizar os benefícios dos associados (BAGGIO et al., 1983). Além disso, elas trabalham para: melhorar a distribuição de renda; aumentar as oportunidades de trabalho; integrar e humanizar as relações econômicas; promover o desenvolvimento

socioeconômico justo; despertar a consciência da cidadania; e satisfazer as necessidades básicas com a valorização do *animus social* (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

Espera-se, assim, que as cooperativas atuem de forma a mudar e desenvolver as sociedades onde estão inseridas, não apenas no que diz respeito ao comportamento econômico e social, mas que consigam impulsionar e garantir maior eficiência social e macroeconômica. Porém, esses resultados dependem, em grande parte, do êxito da atividade cooperativista (BENECKE, 1980). Esses resultados positivos dependem do tamanho e influência que a cooperativa possui em seu meio. Isto é, grandes complexos cooperativos apresentam melhores fatores e condições para atuar sobre a estrutura do sistema econômico (PINHO, 1977).

4. Competição versus Cooperação: A Economia Solidária

O capitalismo tornou-se hegemônico *a priori* pelo domínio das empresas comerciais e industriais, elevando-se através da organização econômica da sociedade, pela inovação das técnicas, introdução de métodos racionais e elevação da vida sociocultural (BENATO, 1994). De maneira geral, o capitalismo passou a ser visto como normal ou natural. As empresas capitalistas, embora muito influenciadas pelo meio social em que atuam, apresentam características semelhantes, sobretudo pela busca a maior eficiência de produção, redução dos custos e lucros exagerados (CAMPOS, 1971). Neste sentido, acredita-se que a economia de mercado deva ser competitiva, pois permite aos consumidores escolher o que mais lhes satisfaz pelo menor preço. Como consequência, a competição faz com que o melhor vença, ou seja, as empresas que mais vendem são as que mais lucram, crescem e, portanto, permanecem no mercado (SINGER, 2010).

Enquanto o resultado da competição na economia capitalista apresenta aspectos sociais desfavoráveis, resultando, por um lado, no aumento da desigualdade, por outro lado, o capitalismo apresenta resultados favoráveis aos empreendedores ou inovadores que conseguem lançar novas ideias e, conseqüentemente, aumentam os lucros e conseguem acumular riqueza, enquanto os empregados empobrecem e tornam-se socialmente excluídos (SINGER, 2010). A economia solidária seria, então, uma alternativa para a diminuição da desigualdade socioeconômica. Para Singer (2010, p. 9) “uma solução [...] seria possível caso a economia deixasse de ser competitiva e passasse

a ser cooperativa, ou solidária. Ou seja, os participantes na atividade devem cooperar ao invés de competir”.

O sistema capitalista exige, portanto, o retorno de capital e explora o esforço de quem produz. Mesmo que esse sistema possua princípios como direito à propriedade e à liberdade individual, a sociedade segrega-se em duas classes: os detentores dos meios de produção e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Assim, o trabalho e o produto do trabalhador não pertencem a ele mesmo, mas ao capitalista (MARX, 2011). Para Benato (1994, p. 57) “o homem deve [...] compreender que no sistema capitalista, o dinheiro o explora; no sistema socialista, o estado o explora e no sistema cooperativista ele mesmo é o capital e o social”.

Diferente da competição e da desigualdade gerada pelo capitalismo, Singer (2010, p. 10) considera que “o resultado natural [do sistema cooperativo] é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exigem mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”. Evidentemente, a inserção das cooperativas no sistema capitalista as força a buscar melhorias nos processos e tecnologias interna que resultem numa maior competitividade externa. Por outro lado, a viabilização da economia solidária deve compreender uma estruturação da cooperativa que seja competitiva também no mercado convencional, desde que as relações internas da cooperativa sejam orientadas pela solidariedade (ANTEAG, 2005).

A economia solidária, embora ainda seja um conceito em construção, pode ser percebida como um modo de produção alternativo, cujas características diferem da sociedade capitalista (CANÇADO et al., 2007). Segundo a ANTEAG (2007, p. 26) a economia solidária é definida como “uma forma de organização econômica que tem bases diferenciadas de relacionamento, [mais] focada na pessoa que no capital”.

A Economia Solidária busca, portanto, o estabelecimento de redes e a articulação do sistema produtivo e de distribuição (ANTEAG, 2005). Diferentemente de uma empresa capitalista, as cooperativas possuem algumas características distintas, principalmente no que se refere à valorização da participação humana, cuja “doutrina cooperativa transforma o próprio homem que passa a substituir seu espírito de lucro e concorrência, pela cooperação e solidariedade” (BENATO, 1994, p. 19).

A ideia de uma economia solidária demonstra um sentido de parceria e de não competição com outras empresas. O papel das cooperativas é, assim, ampliar as inter-

relações entre essas instituições, tendo em vista o fortalecimento desse sistema econômico como um todo, promovendo a noção de coletividade como um novo paradigma alternativo à individualidade capitalista. As principais diferenças entre a empresa capitalista e as cooperativas podem ser sistematizadas e simplificadas através dos valores cooperativos. As cooperativas, pelos seus princípios, possuem um objetivo social que,

No meio em que atuam, fortalecem o fraco, integram pessoas e geram renda, pois em sua doutrina o objetivo principal visa à correção das distorções, mediante as desigualdades do meio econômico e social. Os princípios que norteiam todas as ações cooperativas, quando observados, facilitam significativamente a disseminação do bem e do interesse comum (CARVALHO, 2001, p. 37).

5. Princípios cooperativos

Desde a criação da primeira cooperativa de consumo em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, houve a necessidade da criação de normas e/ou regras que garantissem o funcionamento desse novo tipo de associação. Essas normas, conhecidas como valores cooperativos, sofreram algumas alterações ao longo dos anos. Esses princípios cooperativos sustentados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) derivam das ideias formuladas e instituídas como os Princípios de Rochdale (BENATO, 1994).

As ideias adotadas em Rochdale estavam pautadas numa busca social, na qual o homem é o elemento fundamental da cooperação, prezando pela igualdade, democracia, solidariedade e liberdade (BENATO, 1994). Esses sete princípios sofreram algumas alterações desde 1844, em Rochdale, até 1995, em Manchester. Os princípios conhecidos como os princípios universais do cooperativismo eram, de acordo com Cançado et al. (2007, p. 57):

1. Adesão voluntária e livre;
2. Gestão democrática;
3. Participação econômica dos membros;
4. Autonomia e independência;
5. Educação e informação;
6. Intercooperação; e
7. Interesse pela comunidade.

5.1 Princípios da Adesão Livre

O princípio da Porta Aberta, também denominado princípio da Adesão Livre, garante que, mesmo numa cooperativa consolidada, possa haver a adesão de novos membros. Porém, eles precisam cumprir os preceitos estatutários de cada cooperativa (BENATO, 1994).

Em relação à adesão livre, o cooperativismo está fundado na neutralidade política e religiosa. Dessa forma, independentemente das posições políticas e das crenças, a cooperativa assegura a liberdade de associação, ou desassociação, para todos os indivíduos (SINGER, 2010).

5.2 Princípio da Gestão Democrática

A gestão democrática tem como fundamento a liberdade e a responsabilidade. Nestas condições, todos os membros estão em nível de igualdade, apresentando os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades. Assim, independentemente do valor do seu capital, o sócio pode participar das decisões da sociedade (BENATO, 1994).

Enquanto na empresa capitalista as decisões são pautadas no poder do grupo controlador, sócios ou acionistas, de acordo com a quantidade de capital aplicada na empresa, nas cooperativas prevalecem as opções definidas pela maioria dos cooperados. Nelas as decisões tomadas são definidas pela participação igualitária de cada membro. Ou seja, cada membro tem direito a um voto, independentemente do quanto investiu na cooperativa. Este princípio, segundo Singer (2010, p. 40) “garante a democracia e a primazia do trabalho sobre o capital [...] essencial para que haja democracia na cooperativa”.

5.3 Princípio da Autonomia e Independência

O princípio da autonomia e independência garante que o funcionamento das cooperativas seja controlado pelos sócios, que são os donos do negócio. Esse princípio da administração da cooperativa restringe às decisões para a organização que não deve sofrer interferência externa, sobretudo do Estado (CARVALHO, 2011).

A autonomia propicia a busca pelo bem comum, permitindo novas formas de promover a autogestão, importante para o desenvolvimento de programas que motivem as pessoas a agirem de forma solidária (CARVALHO, 2011). A ideia de que cooperativa é uma empresa de pessoas e não de capital possibilita ao associado,

portanto, a prestação do serviço autônomo em melhores condições, não o subordinando ao trabalho, como ocorre nas empresas capitalistas (ANTEAG, 2005, p. 31).

5.4 Princípio da Educação e Informação

O princípio da educação e informação é decorrência da preocupação com o aperfeiçoamento do conhecimento, indispensáveis para a prática do cooperativismo (BENATO, 1994). As cooperativas promovem a educação como uma forma de preparar o homem para se defrontar com as dificuldades e conseguir superá-las. Além do mais, a educação é o principal pilar responsável não apenas pelo crescimento econômico, mas pelo desenvolvimento científico-tecnológico de qualquer nação.

Para as empresas capitalistas, a preocupação com a educação está associada aos ganhos que a empresa pode obter devido a melhor qualificação do trabalhador. A educação propicia o desenvolvimento técnico-científico que resulta na expansão da mecanização e da automação, com reflexos no aumento da produtividade e da margem de lucro do capitalista (CAMPOS, 1971). Por outro lado, na esfera cooperativista “o princípio da educação cooperativa [...] deriva da ideia de que os homens são o que a educação faz deles” (SINGER, 2010, p. 42).

5.5 Princípio da Intercooperação

No sistema capitalista as empresas competem entre si, produzindo resultados sociais nem sempre favoráveis, aumentando a precariedade da vida de muitos em detrimento do lucro dos grandes capitalistas (SINGER, 2010). Embora no sistema capitalista as cadeias globais de produção integrem as diferentes empresas dentro do sistema produtivo, a migração do capital acontece sempre para os grandes polos financeiros, enquanto as plantas industriais tendem a se instalar em localidades onde haja algum tipo de vantagem, seja ambiental, tributária ou salarial.

O princípio da intercooperação, ou princípio da colaboração mútua, consiste no trabalho conjunto entre as estruturas em todos os planos, seja local, nacional ou internacional (PINHO, 1977). O princípio da intercooperação é um dos principais fundamentos do sistema cooperativista, fortalecendo a si mesmo e alimentando a sua própria sobrevivência, uma vez que isoladamente uma cooperativa não possui condições de se impor e obter, assim, melhores resultados (BENATO, 1994).

5.6 Princípio da Participação Econômica dos Membros

A cooperativa, como uma sociedade de pessoas e não de capital, tem como objetivo a satisfação e a realização dos sócios, buscando a equalização econômico-financeira e social (BENATO, 1994). Segundo o princípio da participação econômica, todos os membros contribuem para a formação do capital da cooperativa, garantindo, dessa forma, a sustentação econômica para o funcionamento da mesma (CARVALHO, 2001).

As sociedades cooperativas buscam sempre a equidade e igualdade entre os indivíduos. Isso se refere não somente às questões políticas ou religiosas, mas também aos resultados econômicos da cooperativa. Enquanto a empresa capitalista busca o lucro para o proprietário e o redistribui proporcionalmente ao capital investido, as cooperativas visam às sobras que sejam distribuídas pelos cooperados, sendo repartidas proporcionalmente ao número de associados (CARVALHO, 2001).

5.7 Princípio do Interesse pela Comunidade

As cooperativas se apresentam como uma forma de doutrina capaz de alterar o meio socioeconômico pela promoção de um sistema baseado no humanismo e na solidariedade, de forma a não se tornar uma sociedade que vise ao lucro. O princípio do interesse pela comunidade garante que as cooperativas trabalhem para o bem-estar de suas comunidades, executando programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis (CARVALHO, 2001).

O cooperativismo objetiva-se, assim, na transformação do homem, no sentido do seu pensar e agir, buscando o convívio societário, traduzido no valor moral de liberdade, conscientização, responsabilidade e convicção (BENATO, 1994). O cooperativismo atua também como forma de integração entre o cooperado e a cooperativa, e não apenas como uma relação do capital investido entre cliente e empresa (CARVALHO, 2001).

O modo como o cooperativismo se apresenta, através do rompimento com as características das empresas capitalistas, o consolida como um agente de mudança, não apenas no âmbito da administração empresarial, mas como um agente de ascensão econômico e social. Desse modo, esperam-se melhorias não apenas para a situação dos associados, mas também grandes modificações sobre a estrutura e o desenvolvimento do país como um todo (BENECKE, 1980).

Considerações finais

O cooperativismo tem se mostrado uma importante forma de alteração das condições econômicas e sociais, desde a sua criação em meados do século XIX. O surgimento e a consolidação da empresa cooperativa após a Revolução Industrial foram essenciais para a valorização do ser humano e, assim, priorizar a liberdade e a solidariedade frente à competição e a busca pelo lucro do sistema capitalista.

Dentro do sistema capitalista o cooperativismo está presente como uma forma de integração dos trabalhadores dentro do processo produtivo. Entretanto, esse aspecto não deve ser restringido apenas para o setor industrial, mas deve ser extrapolado também para os setores agropecuário, comercial e de serviços.

A presença das cooperativas influencia as condições econômicas e sociais das sociedades, aumentando a renda, garantindo o abastecimento de produtos e serviços, tendo forte impacto no desenvolvimento e crescimento econômico tanto da região onde está inserida quanto do país como um todo. A intercooperação é um mecanismo que fortalece não apenas a cooperativa internamente, mas propicia que outras organizações se consolidem na sociedade.

Os princípios do cooperativismo direcionam as atitudes da sociedade, tendo como objetivo a correção das distorções sociais provocadas pelo capitalismo. Esses princípios rompem com os padrões das empresas capitalistas, que priorizam a individualidade e a potencialidade de cada membro, entendendo as suas limitações e valorizando a humanização, a liberdade e a responsabilidade social. A economia solidária emerge, portanto, como uma forma alternativa de desenvolvimento que substitui a competição pela cooperação, e serve, assim, de instrumento para o enriquecimento, não apenas financeiro, mas cultural para toda a sociedade.

Referências

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia.** São Paulo: Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária, 2005. 3 v. 192 p.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto, 1982.

BAGGIO, Adelar Francisco. et al. **Elementos de Cooperativismo e Administração Rural.** Ijuí: FIDENE, 1983. 192 p.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA-OCESP, 1994. 131 p.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico dos países de terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Função da Empresa Privada**. Rio de Janeiro, GB: 1971.

CANÇADO, Airton Cardoso. et al. **Economia solidária, cooperativismo e autogestão**: as Experiências de Palmas/TO. Palmas: UFT, 2007. 320 p.

CARVALHO, Adriano Dias de. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011. 283 p.

MARX, KARL. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v 1.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p.

RICCIARDI, Luiz. LEMOS, Roberto de Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000. 183 p.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O Que é Cooperativismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 4. reimpr. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 127 p.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**: uma investigação sobre a natureza e as suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 2 v.